



Informativo Técnico Nº2/Ano 04 – fevereiro de 2013

Notificações de Enfermidades de Suínos no Rio Grande do Sul em 2011

* *Kleitton Adolfo Pan¹, Gisele Cristine Branco², Thiago Motter Alberti³*

A suinocultura gaúcha é destaque no cenário nacional, ocupando o segundo lugar das exportações brasileiras, com embarques de 162,6 mil toneladas e uma receita de US\$ 474 milhões somente em 2011 (Porkworld, 2012). Neste cenário, o Serviço Veterinário Oficial (SVO) é o gestor da sanidade animal, certificando a produção suína do Rio Grande do Sul (RS) através da manutenção do Estado na área livre de Peste Suína Clássica (PSC).

Conforme determina a Norma Interna 05/2009 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para se realizar a vigilância passiva são seguidos os limites críticos das taxas mensais de mortalidade para reprodutores (2%), creche (7%), terminação (9%) e maternidade (15%) em zonas livres de PSC (Brasil, 2012). O objetivo deste trabalho é avaliar as notificações recebidas pelo SVO e apontar as principais causas de mortalidade elevada na população suína do RS.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizada análise do banco de dados estadual com todos os registros das investigações realizadas em 2011 para a espécie suína, obtidos no Setor de Epidemiologia e Estatística (SEE) da Divisão de Fiscalização e Defesa Sanitária Animal, pertencente ao Departamento de Defesa Agropecuária (DDA) da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Rio Grande do Sul (SEAPA-RS).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste período, foram abertos 80 Formulários de Investigação Inicial de Doenças (Form-In), com 53.727 suínos envolvidos em 46 municípios gaúchos e percentuais de mortalidade variando de 0% a 62,5%, sendo a média geral de 11,22%. As principais causas foram a Circovirose (36%),

pneumonias (19%) e erro de manejo (10%), seguido por Erisipelose (5%), hérnias (5%), refugagem (4%) e Doença do Edema (3%). Ocorrências de menor incidência que somadas chegam a 9% foram: Doença de Glässer, enfarte do miocárdio, micotoxicose, colibacilose, deficiência nutricional, enterite, intoxicação, aflatoxicose e artrite bacteriana. Casos sem sintomatologia, de diagnóstico negativo para PSC e Raiva, completam os resultados encontrados (8%). O crescimento da suinocultura como atividade econômica envolveu um manejo intensivo, esquema nutricional complexo e uso de seleção genética (Corrêa, 2012). Tais fatos, junto à concentração de rebanhos em áreas geográficas restritas e a mudança no esquema vacinal contribuíram com o aumento da Circovirose no período investigado. Em relação às doenças respiratórias, as pneumonias representam um dos principais problemas em suínos (Lippke, 2012), similares aos resultados deste estudo.

CONCLUSÃO

Melhorias no manejo, adoção do regime “todos dentro/todos fora” de vazio sanitário e a diminuição de fatores estressantes reduzem significativamente o número de casos. Ações de defesa sanitária executadas através do rápido atendimento às notificações visam incrementar a sensibilidade do sistema de vigilância e fortalecer a suinocultura no RS.

¹ IVZ Serafina Corrêa / Departamento de Defesa Agropecuária / SEAPA-RS

² IVZ Guaporé / Departamento de Defesa Agropecuária / SEAPA-RS

³ IVZ Casca / Departamento de Defesa Agropecuária / SEAPA-RS

Referências Bibliográficas

- CORREA, A.M.R. et. al. Aspectos clínico-patológicos associadas à circovirose suína no Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pvb/v26n1/a03v26n1.pdf>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2012.
- BRASIL. Norma Interna DSA nº 05/2009 (MAPA) Disponível em: http://www3.servicos.ms.gov.br/iagro_ged/pdf/1778_GED.pdf. Acesso em: 09 de março de 2012.
- LIPPKE, R.T. et. al. Monitoria sanitária em suinocultura. Disponível em: http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/50906_5979.pdf. Acesso em: 23 de fevereiro de 2012.
- PORKWORLD. Exportações de carne suína do RS caem 21,6% em 2011. Disponível em: <http://www.porkworld.com.br/noticias/post/exportacoes-de-carne-suina-do-rs-caem-216-em-2011>. Acesso em: 09 de março de 2012

Breve Histórico do Serviço de Fiscalização de Sementes e Mudanças no Estado do Rio Grande do Sul (2004-2012)

** Fabíola Lopes¹*

O uso de sementes e mudas de boa qualidade é fundamental para se obter uma lavoura ou cultura sadia e produtiva. Anualmente a demanda de sementes para cultivo no Estado busca abastecer um universo de mais de 140.000 ha (MAPA/SEFIA, 2012). A semeadura de sementes e o plantio de outros materiais de propagação vegetal com sanidade comprovada é uma das mais importantes etapas no sistema de produção agrícola, pois a introdução de patógenos associados a sementes pode resultar em conseqüências desastrosas em termos de sustentabilidade do setor agropecuário.

Desta forma, a fiscalização de sementes e mudas possui um importante papel de regulação e adequação do mercado de materiais de propagação vegetal, visando à idoneidade e a qualidade das sementes e mudas disponíveis para a semeadura e o plantio no Estado.

O Estado do Rio Grande do Sul por meio da Lei nº 10.612 de 28 de dezembro de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 36.723 de 12 de junho de 1996, instituiu a Secretaria da Agricultura como o órgão responsável pela fiscalização de sementes e mudas no Estado. Com isso, esta secretaria ficou responsável pela fiscalização da produção, do beneficiamento, da amostragem, da análise, da certificação, da embalagem, do armazenamento, do transporte e da comercialização de sementes e mudas. Esta atividade foi constituída da fiscalização in loco, elaboração de normas e padrões (RIO GRANDE DO SUL, 1998; RIO GRANDE DO SUL, 2000), bem como do cadastro e da emissão de certificados de todas estas atividades em todo território estadual.

Em 2003, visando regulamentar e padronizar as atividades relacionadas a sementes e mudas em todo o país, o Governo Federal instituiu através da Lei Federal nº 10.711, de 05 de agosto de 2003, o RENASEM – Sistema Nacional de Sementes e Mudanças, regulamentado pelo Decreto nº 5.153 de 23 de julho de 2004. Em atendimento a esta nova legislação, todas as pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades de produção, beneficiamento, embalagem, armazenamento, análise, comércio, importação e exportação de sementes e mudas ficam obrigadas à inscrição no RENASEM, conforme Art.8º da Lei nº 10.711/2003.

O advento da Lei Federal gerou a necessidade da transposição dos estabelecimentos já cadastrados no âmbito estadual para o cadastro nacional. A lei federal em seu artigo 5º (anexo 2) determina que a competência de elaboração de normas e procedimentos complementares relativos a sementes e mudas e o exercício da fiscalização do comércio estadual cabe aos Estados e ao Distrito Federal, sendo as demais atividades de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (MAPA).

Considerando que a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Rio Grande do Sul (SEAPA) cobra o registro de comerciantes de sementes e mudas deste antes do surgimento da Lei Federal nº 10.711/2003, e o RENASEM possui o mesmo objetivo do registro na SEAPA, foi realizado um processo de adequação e padronização dos dois sistemas, por meio da compilação do banco de dados do RENASEM para o sistema de sementes e mudas da SEAPA.

Atualmente, para o serviço de fiscalização de comércio de sementes e mudas no Estado do Rio Grande do Sul, a SEAPA mantém um cadastro de comerciantes de todo o Estado, que gira em torno de mais de 2600 estabelecimentos. Este cadastro é efetuado por meio do registro e do pagamento de taxa com valor estabelecido pela Lei Estadual nº 8.109, de 19 de dezembro de 1985. O registro e a sua renovação possuem diferentes valores de acordo com o volume comercializado, sendo a data de validade variada conforme a data em que foi realizado o registro na SEAPA ou no RENASEM. Assim, tomando com base o ano de 2012, foram realizados 236 novos registros e 433 registros foram renovados. Juntamente com o registro no escritório, rotineiramente são realizadas fiscalizações in loco dos estabelecimentos registrados e dos que não possuem registro, a fim de regularizar a atividade e a situação junto à SEAPA.

1 Engenheira Agrônoma, Dr^a, responsável pela Seção de Sementes e Mudanças/Divisão de Insumos e Serviços Agropecuários/DDA/SEAPA

Referências Bibliográficas

- MAPA – Ministério da Agricultura e Abastecimento – SEFIA/RS – 2012. Dados gerados pela APASSUL em junho de 2012. Comunicação pessoal.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Departamento de Produção Vegetal. Comissão Estadual de Sementes e Mudanças do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, RS). Normas e padrões de produção de mudas fruteiras para o Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998. 100p.

- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Departamento de Produção Vegetal. Comissão Estadual de Sementes e Mudas do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, RS). Normas e padrões de produção de sementes para o Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 4ª edição, 2000. 160p.

- O Informativo Técnico do DPA veiculará artigos dos técnicos científicos do DDA/SEAPA-RS, tanto do nível central como regional e IVZs. Pode ser de autoria própria ou compilado.
O artigo deve vir acompanhado de bibliografia e deve ter tamanho máximo de 3.500 caracteres (sem espaços). Tabelas são consideradas como caracteres e vamos limitar a duas fotografias por artigo. Em casos de artigos curtos, porém ricos em fotografias, será aceito um número maior destas, sempre com legendas.
Os artigos podem ser enviados eletronicamente para ivo-kohek@agricultura.rs.gov.br, onde um grupo de revisores do nível central fará a avaliação, edição e dará a formatação final. Os artigos serão veiculados conforme a ordem de chegada.